

Direito e processo contraordenacional - regime geral

 Online



16 horas

Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1367

Num contexto em que as entidades da Administração Pública enfrentam crescentes exigências de rigor e eficácia no tratamento das contraordenações, é essencial dotar os seus quadros técnicos e jurídicos de um conhecimento sólido do regime geral aplicável.

O curso de formação **Direito e Processo Contraordenacional - Regime Geral** foi especialmente concebido para responder a este desafio, proporcionando uma visão prática e atualizada das normas e procedimentos que regulam o processo contraordenacional, assegurando maior segurança na instrução e decisão dos processos e prevenindo riscos de nulidades ou anulabilidades que possam comprometer a atuação administrativa.

Destinatários



Para Quem?

- Profissionais que trabalhem ou pretendam trabalhar na fiscalização e tramitação de processos de contraordenação.



Pré-requisitos:

- Não aplicável.

Percurso de aprendizagem

Do direito das contraordenações

- O direito contraordenacional e o direito penal
- Princípios do direito das contraordenações
- Aplicação da Lei no tempo e no espaço
- A responsabilidade contraordenacional
- O facto típico
- O facto ilícito
- O facto culposo
- O facto tentado
- A autoria e a cumplicidade
- A comparticipação
- A reincidência
- Concurso de infrações
- As consequências jurídicas das contraordenações
 - A sanção principal
 - As sanções acessórias
- O regime da prescrição
 - A prescrição do procedimento
 - A prescrição da coima e sanções acessórias

Do direito processual das contraordenações

- A fase administrativa do processo de contraordenação
 - O regime da competência em razão da matéria e do território
 - Os intervenientes processuais
 - A notícia da prática da contraordenação
 - A instauração do processo contraordenacional
 - A instrução do processo contraordenacional
 - A acusação
 - A defesa
 - A prova
 - Processo de apreensão
 - O regime de notificações
 - O pagamento voluntário da coima
 - A decisão
 - As custas
 - O cumprimento voluntário
 - O cumprimento coercivo – o processo de execução
- A fase judicial do processo de contraordenação
 - A impugnação judicial
 - A intervenção da autoridade administrativa
 - A proibição da reformatio in pejus
 - A decisão judicial
 - O recurso da decisão
- O processo contraordenacional e o processo criminal
- Decisão definitiva, caso julgado e revisão



Objetivos

No final da formação os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar os elementos necessários para a correta tramitação de procedimentos de fiscalização;
- Tramitar adequadamente os processos de contraordenação;
- Promover os procedimentos adequados à instauração, instrução e decisão de processos de contraordenação;
- Fomentar a salvaguarda do interesse público através do direito das contraordenações;
- Contribuir para o aumento da eficácia das decisões administrativas;
- Compreender o papel das entidades públicas durante a fase judicial do processo de contraordenação.



Métodos pedagógicos

- Expositivo e ativo.



Pontos fortes

- Possibilidade de explorar as mais recentes posições jurisprudenciais e doutrinárias, consolidando conhecimentos, partilhando boas práticas de gestão processual e refletindo sobre casos reais.

Formador



José Augusto Gonçalves Ferreira

Licenciado em Direito pela Universidade do Minho, com especialização em Direito Tributário e Fiscal, e pós-graduado em Contratação Pública pela Faculdade de Direito de Coimbra, desenvolveu a sua carreira no Direito Público, tendo sido advogado e jurista na CCDR-N, onde atuou em matérias de autarquias locais, ambiente e ordenamento do território.

É autor e coautor de várias obras e artigos em direito administrativo e contraordenações, membro ativo da ADA e da AEDREL, e integra o Conselho Superior da Ordem dos Advogados. Atualmente, é Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira do Município de Fafe e formador em diversas instituições nas áreas do direito administrativo e das contraordenações.